

Próxima Ação da Cidadania será em Cordeirinho



Grças ao sucesso da primeira mobilização da cidadania realizada em Itaipuaçu, do dia 27 de abril, a secretaria municipal de Assistência Social confirmou nesta semana a realização de uma nova ação no dia 22 de junho, na Escola Municipal Lucio Thomé Guerra Feteira, em Cordeirinho, das 9h às 16h. O encontro ocorreu no Ciep 259 - Profª Maria de Amparo Rangel Souza, com os colaboradores do evento e o Governo do Estado.

A secretária municipal de Assistência Social, Laura Maria Vieira da Costa, confirmou que serão oferecidos diversos serviços gratuitos, como a emissão de documentos básicos (registro civil, CPF, certificado de reservista, carteira de trabalho, título de eleitor, etc). Além disso, será possível efetuar a inscrição em cursos e em programas sociais como o CadÚnico (Cadastro Único para Programas Sociais), Bolsa Família, Vale Social, RioCard especial e sênior e se cadastrar para vagas de emprego por intermédio do Sine (Serviço Nacional de Emprego). As equipes dos CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e do CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) estarão, respectivamente, fazendo inscrições para oficinas e cursos realizados nos centros do município e prestando esclarecimentos quanto a denúncias de direitos violados.

“Nosso objetivo é superar o evento anterior, ampliando o horário de atendimento e viabilizando a oferta de novos serviços. Pretendemos frequentemente realizar essa ação em bairros populosos ou de difícil acesso”, destacou a secretária, marcando para o dia 27 de maio um novo encontro com o Governo do Estado e colaboradores para definir os detalhes de organização da ação que será realizada em Cordeirinho.

A representante da secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos e gestora do projeto “Erradicação do Subregistro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à documentação Básica no Estado do Rio de Janeiro”, Tula Vieira Brasileiro, elogiou o comprometimento dos profissionais envolvidos na ação. “Foi muito prazeroso participar desta ação e esperamos ter o mesmo sucesso em Cordeirinho. Para isso, precisamos da colaboração e envolvimento de todos para captar as pessoas que ainda não possuem registro civil possibilitando à população acesso a documentação básica”, enfatizou Tula.

Poder Executivo Municipal
Atos do Prefeito

LEI COMPLEMENTAR Nº 226, DE 30 DE ABRIL DE 2013.

DISPÕE SOBRE CRIAÇÃO DA CASA ABRIGO MONTEIRO LOBATO, DESTINADA AO ACOLHIMENTO E VIVÊNCIA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E SEU FUNCIONAMENTO.

O POVO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito, em seu nome, sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica criada a Casa Abrigo Monteiro Lobato, entidade de acolhimento provisório e vivência destinada ao atendimento e acolhimento especial e exclusivo de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social ou abandono, em conformidade com as disposições contidas no Estatuto da Criança e Adolescente.

Art. 2º A casa Abrigo Monteiro Lobato terá por função abrigar crianças e adolescentes com idade entre 0 (zero) a 17 (dezesete) anos e 11 (onze) meses, do Município de Maricá, que se encontre em situação de risco, objetivando:

I – oferecer uma alternativa de moradia provisória para adolescentes violados em seus direitos;

II – proporcionar ambiente sadio de convivência;

III – oportunizar condições de socialização;

IV – oferecer atendimento médico, odontológico, social, moral e/ou orientações;

V – oportunizar a frequência do adolescente à escola e à profissionalização;

VI – garantir a aplicação dos princípios constantes no Estatuto da Criança e do Adolescente;

VII – prestar assistência integral a crianças e aos adolescentes, preservando sua segurança física e emocional.

Parágrafo único. O objetivo do amparo à criança e ao adolescente é o de proporcionar meios capazes de readaptá-los ao convívio da família e da sociedade, com possibilidade de adoção, se assim for determinado.

Art. 3º O atendimento oferecido pela Casa Abrigo Monteiro será de competência da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, em instalações físicas adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança, podendo atuar em parceria com entidades devidamente cadastradas junto ao Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, mediante prévia determinação da autoridade competente.

Parágrafo Único. Atendendo à medida judicial, poderão ser abrigados crianças e adolescentes pelo período definido pelo Poder Judiciário.

Art. 4º A casa Abrigo Monteiro Lobato contará com Regimento Interno contendo as normas de funcionamento e atendimento, devidamente aprovado pela autoridade competente.

Art. 5º A Casa Abrigo Monteiro Lobato será dirigida e administrada por equipe constituída de servidores públicos municipais disponíveis no quadro funcional da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, podendo ser remanejados de outras secretarias e/ou admitidos mediante concurso público, a serem criados os cargos através de lei.

Art. 6º Para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania de Maricá poderá efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, para as funções acima elencadas, na forma da lei.

Art. 7º As contratações temporárias previstas no art. 6º serão fundamentadas no art. 37, inciso IX da Constituição Federal, que trata de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

§ 1º O prazo da contratação será de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período.

§ 2º O contrato firmado de acordo com esta Lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

I – pelo término do prazo contratual;

II – por iniciativa do contratado.

§ 3º A extinção do contrato, nos casos dos incisos I e II, será comunicada com a antecedência mínima de trinta dias.

§ 4º O Poder Executivo poderá remanejar ou utilizar servidores de outros setores para atender as necessidades de funcionamento da Casa Abrigo para o atendimento da demanda existente.

Art. 8º Fica autorizado o Poder Executivo a instituir Programas que tenham por objetivo a capacitação e o auxílio às famílias substitutas.

Parágrafo único. Enquanto estiverem com as guardas provisórias das crianças e dos adolescentes, as famílias substitutas poderão receber auxílio da equipe multidisciplinar.

Art. 9º Fica o Poder Executivo também autorizado a firmar convênios com instituições idôneas, sem fins lucrativos, objetivando a administração da Casa Abrigo, desde que mantida a estrutura funcional estabelecida nesta Lei.

§ 1º As instituições deverão demonstrar sua idoneidade através de procedimento administrativo, comprovando, inclusive, estarem legalmente registradas e inscritas nos órgãos competentes e se encontrarem quites com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal e com a Previdência Social.

§ 2º As instituições deverão cadastrar-se para esse fim, na área pretendida, apresentando a documentação pertinente, inclusive o Plano de Trabalho e comprovação de capacidade para a realização das atividades pertinentes.

§ 3º O Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente deverá manifestar-se a respeito do pedido de cadastramento das instituições, opinando por seu credenciamento ou não.

§ 4º A instituição que receber qualquer recurso, auxílio ou subvenção do Poder Público, mesmo que em material ou maquinário, deverá prestar contas no prazo previsto no Convênio firmado para tanto.

§ 5º A instituição que não prestar contas dos recursos, auxílios e subvenções no prazo legal, bem como deixar de fazer prova da regularidade fiscal e contábil quando solicitado, será automaticamente descredenciada.

§ 6º Qualquer alteração estatutária na finalidade da instituição deverá ser formal e antecipadamente comunicada ao Conselho respectivo que emitirá parecer sobre a conveniência e pertinência da continuidade do convênio, que será encaminhado à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, que fundamentadamente decidirá.

Art. 10. O conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente manterá acompanhamento constante e fiscalização do Programa de acolhimento e atendimento na Casa Abrigo Monteiro Lobato.

Art. 11. As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrem por conta das dotações constantes das rubricas orçamentárias.

Art. 12. A presente Lei Complementar será regulamentada pelo poder Executivo, no prazo de 60 (sessenta) dias contados de sua publicação.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARICÁ, Estado do Rio de Janeiro, RJ, em 30 de abril de 2013.

MARCOS RIBEIRO MARTINS

VICE-PREFEITO/PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ (EM EXERCÍCIO)

LEI Nº 2.436, DE 30 DE ABRIL DE 2013.

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS SERVIDORES PÚBLICOS, A FIM DE ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA, DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS DO INCISO IX, DO ART. 37, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DO INCISO XI, DO ART. 53 DA LOM, PARA A CASA ABRIGO MONTEIRO LOBATO, VINCULADA À SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA, EM CUMPRIMENTO AO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – ECA E TAMBÉM EM CUMPRIMENTO A DECISÃO DO JUÍZO DA VARA DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA E DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

O POVO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar, em caráter emergencial, os profissionais descritos no Anexo I desta Lei, atendendo à necessidade de excepcional interesse público, destinado à criança e adolescente, vítimas da violência, abuso e exploração sexual, abrigados pela Casa Abrigo Monteiro Lobato, vinculada à Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, atendendo ao Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, bem como em cumprimento à decisão judicial do Juízo da Vara da Infância e Ministério Público desta Comarca.

Parágrafo único. O recrutamento do pessoal, nos termos desta Lei, será feito mediante processo seletivo simplificado, sujeito a ampla divulgação, inclusive através do Jornal Oficial de Maricá.

Art. 2º Os contratos dos referidos profissionais terão a vigência pelo período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período.

§ 1º O contrato firmado de acordo com esta Lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

I – pelo término do prazo contratual;

II – por iniciativa do contratado.

§ 2º A extinção do contrato, nos casos dos incisos I e II, será comunicada com a antecedência mínima de trinta dias.

§ 3º O poder Executivo poderá remanejar ou utilizar servidores de outros setores para atender as necessidades de funcionamento da Casa Abrigo para o atendimento da demanda existente.

Art. 3º Os servidores contratados os termos desta Lei serão regidos pelo Regime Geral da Previdência Social e demais legislações compatíveis.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária vigente e futura.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARICÁ, Estado do Rio de Janeiro, RJ, em 30 de abril de 2013.

MARCOS RIBEIRO MARTINS

VICE-PREFEITO/PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ (EM EXERCÍCIO)

ANEXO I

I – O quadro multidisciplinar constitui-se de equipe composta de:

a) 03 (três) psicólogos – 20 horas – R\$ 1.500,00;

b) 02 (dois) assistentes sociais – 20 horas – R\$ 1.500,00;

c) 01 (um) enfermeiro – 20 horas – R\$ 1.500,00;

d) 01 (um) nutricionista – 20 horas – R\$ 1.500,00;

e) 01 (um) pedagogo – 40 horas – R\$ 2.000,00.

II – O quadro administrativo constitui-se de equipe composta de:

a) 02 (dois) casais sociais, denominados pais sociais, com jornada de segunda a sexta-feira – R\$ 2.500,00;

b) 01 (um) casal social, denominado pai social, com jornada de sexta a segunda-feira – R\$ 2.000,00;

c) 01 (um) coordenador geral, com jornada de sobreaviso – R\$ 3.000,00;

d) 01 (um) secretário – 40 horas – R\$ 2.000,00;

e) 01 (um) técnico de acolhimento – 40 horas – R\$ 2.000,00.

Comissão Preparatória Municipal - CPM
Resolução 001/2013

Convocação da data da Conferência Municipal das Cidades de Maricá e outras providências.

A Comissão Preparatória Municipal - CPM, da Conferência Municipal das Cidades, resolve que a Etapa Municipal de Maricá da 5ª Conferência Nacional das Cidades, **se realizará no dia 18 de Maio de 2013**, no Ciep 259 - Prof. Maria de Amparo Rangel Souza, cito Avenida Roberto Silveira, 259 Centro, Maricá, no horário de 8:30 às 21:00hs. Terá como finalidade:

1. Debater o texto nacional, que versa sobre:

a) - Habitação de interesse social e Regularização fundiária e as Políticas de incentivo à implantação de instrumentos de promoção da função social da propriedade.

Sumário

Atos do PREFEITO, 1

Poder Legislativo

Resoluções e decretos.....

Outras instâncias

Ordens, convocações, consultas,
orientações etc.....

Expediente

Jornal Oficial de Maricá

Veículo de publicação dos atos oficiais
da Prefeitura Municipal de Maricá.

Órgão Responsável

Setor de Imprensa

R. Álvares de Castro, 346 - Centro
Maricá/RJ - Tel.: (21) 3731-0289
CNPJ nº: 29.131.075/0001-93

Jornalista Responsável

Sérgio Renato - RG MTb: 23259

Fotos:

Fernando Silva | Clarildo Menezes

Diagramador

Luis Osvaldo A. de M. Junior

Impressão

Empresa Jornalística Real ZM Notícias Ltda.
- Rua Professor Heleno Cláudio Fragoso, 529 -
Jardim Iguacu - RJ

Tiragem

1.000 exemplares

Distribuição

Órgãos públicos municipais

Coordenadoria de Comunicação Social

Prefeito Municipal

Washington Quaquá

www.marica.rj.gov.br

b) - Saneamento ambiental e acesso a água;
c) - Transporte, Mobilidade e Acessibilidade;
d) - Participação e controle social no Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano – SNDU, Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano.

2. Eleger os membros do Conselho Municipal da Cidade de Maricá - ConCidade - conforme regula o Decreto 089 de 18 de abril de 2013.

3. Eleger os Delegados que representarão a Cidade de Maricá na Etapa Estadual do Rio de Janeiro da 5ª conferência Nacional das Cidades.

A Comissão Preparatória Municipal – COM resolve ainda que:

Os Delegados da Etapa Municipal de Maricá da 5ª Conferência Nacional das Cidades serão indicados pelas entidades dos diversos segmentos mediante apresentação de ofício da entidade representada, e da ata de eleição de posse da Diretoria atualizada. A documentação de indicação deverá ser enviada à Comissão Preparatória Municipal (CPM) de 06 a 10 de maio de 2013, em formulário próprio, encaminhado a COM, que terá o prazo de 03 dias para homologar as delegações, respeitando a ordem de inscrição por segmento e de acordo com o prazo estipulado. O local das inscrições e entrega da documentação é: Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania na Rua Alcebiades Alves de Matos, 229 – Bairro Boa Vista – Maricá, no horário das 09hs as 17hs. Maricá, 02 de maio de 2013.

Comissão Preparatória Municipal - CPM, da Conferência Municipal das Cidades.

PORTARIA Nº 2143/2013.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo nº 127, VII e IX da Lei Orgânica do Município de Maricá e com base na Lei Complementar nº 222, de 26.02.2013, RESOLVE

Art. 1º Nomear, **CLAUDIO MONTEIRO DOS PASSOS**, com validade a partir de 01.03.2013, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo CC-2, de Gerente de Manutenção e Transporte da Superintendência de Controle da Frota Municipal, vinculado a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, gerando seus efeitos a partir de 01.03.2013.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ,

Estado do Rio de Janeiro, RJ, em 20 de março 2013.

WASHINGTON LUIZ CARDOSO SIQUEIRA (QUAQUÁ) - PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ

PORTARIA Nº 2144/2013.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo nº 127, VII e IX da Lei Orgânica do Município de Maricá e com base na Lei Complementar nº 222, de 26.02.2013, RESOLVE

Art. 1º Nomear, **MARCELO DOS SANTOS ARAUJO**, com validade a partir de 01.03.2013, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo CC-2, de Gerente de Manutenção e Transporte da Superintendência de Controle da Frota Municipal, vinculado a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, gerando seus efeitos a partir de 01.03.2013.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ,

Estado do Rio de Janeiro, RJ, em 20 de março 2013.

WASHINGTON LUIZ CARDOSO SIQUEIRA (QUAQUÁ) - PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ

PORTARIA Nº 2145/2013.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo nº 127, VII e IX da Lei Orgânica do Município de Maricá e com base na Lei Complementar nº 222, de 26.02.2013, RESOLVE

Art. 1º Nomear, **MARCOS ANTONIO DE MENDONÇA**, com validade a partir de 01.03.2013, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo CC-2, de Gerente de Manutenção e Transporte da Superintendência de Controle da Frota Municipal, vinculado a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, gerando seus efeitos a partir de 01.03.2013.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ,

Estado do Rio de Janeiro, RJ, em 20 de março 2013.

WASHINGTON LUIZ CARDOSO SIQUEIRA (QUAQUÁ) - PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ

PORTARIA Nº 2146/2013.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo nº 127, VII e IX da Lei Orgânica do Município de Maricá e com base na Lei Complementar nº 222, de 26.02.2013, RESOLVE

Art. 1º Nomear, **CINTIA APARECIDA RODRIGUES PUGA**, com validade a partir de 01.03.2013, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo CC-3, de Assistente Executivo, vinculado a Secretaria Municipal de Assuntos Federativos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, gerando seus efeitos a partir de 01.03.2013.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ,

Estado do Rio de Janeiro, RJ, em 20 de março 2013.

WASHINGTON LUIZ CARDOSO SIQUEIRA (QUAQUÁ) - PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ

PORTARIA Nº 2147/2013.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo nº 127, VII e IX da Lei Orgânica do Município de Maricá e com base na Lei Complementar nº 222, de 26.02.2013, RESOLVE

Art. 1º Nomear, **JOSE RIBAMAR CORREA**, com validade a partir de 01.03.2013, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo CC-2, de Gerente Executivo, vinculado a Secretaria Municipal de Conservação Urbana.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, gerando seus efeitos a partir de 01.03.2013.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ,

Estado do Rio de Janeiro, RJ, em 20 de março 2013.

WASHINGTON LUIZ CARDOSO SIQUEIRA (QUAQUÁ) - PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ

PORTARIA Nº 2148/2013.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo nº 127, VII e IX da Lei Orgânica do Município de Maricá e com base na Lei Complementar nº 222, de 26.02.2013, RESOLVE

Art. 1º Nomear, **ISABEL DE AVILA FERNANDES**, com validade a partir de 01.03.2013, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo SSM, de Subsecretário Municipal de Indústria Naval, vinculado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Petróleo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, gerando seus efeitos a partir de 01.03.2013.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ,

Estado do Rio de Janeiro, RJ, em 20 de março 2013.

WASHINGTON LUIZ CARDOSO SIQUEIRA (QUAQUÁ) - PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ

PORTARIA Nº 2149/2013.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo nº 127, VII e IX da Lei Orgânica do Município de Maricá e com base na Lei Complementar nº 222, de 26.02.2013, RESOLVE

Art. 1º Nomear, **THEREZINHA VANE OUVENERY**, com validade a partir de 01.03.2013, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo SSM, de Subsecretário Municipal Executivo, vinculado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Petróleo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, gerando seus efeitos a partir de 01.03.2013.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ,

Estado do Rio de Janeiro, RJ, em 20 de março 2013.

WASHINGTON LUIZ CARDOSO SIQUEIRA (QUAQUÁ) - PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ

PORTARIA Nº 2150/2013.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo nº 127, VII e IX da Lei Orgânica do Município de Maricá e com base na Lei Complementar nº 222, de 26.02.2013, RESOLVE

Art. 1º Nomear, **DAIANA DOS SANTOS NASCIMENTO DA SILVA**, com validade a partir de 01.03.2013, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo CC-3, de Assistente Executivo, vinculado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, gerando seus efeitos a partir de 01.03.2013.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ,

Estado do Rio de Janeiro, RJ, em 20 de março 2013.

WASHINGTON LUIZ CARDOSO SIQUEIRA (QUAQUÁ) - PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ

PORTARIA Nº 2155/2013.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo nº 127, VII e IX da Lei Orgânica do Município de Maricá e com base na Lei Complementar nº 222, de 26.02.2013, RESOLVE

Art. 1º Nomear, **ALINE ROSA DE BARROS**, com validade a partir de 01.03.2013, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo CC-2, de Gerente Executivo da Subsecretaria Municipal da Infância e Juventude, vinculado a Secretaria Municipal de Direitos Humanos, Cidadania e Participação Popular.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, gerando seus efeitos a partir de 01.03.2013.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ,

Estado do Rio de Janeiro, RJ, em 20 de março 2013.

WASHINGTON LUIZ CARDOSO SIQUEIRA (QUAQUÁ) - PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ

PORTARIA Nº 2156/2013.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo nº 127, VII e IX da Lei Orgânica do Município de Maricá e com base na Lei Complementar nº 222, de 26.02.2013, RESOLVE

Art. 1º Nomear, **MAGNO DE ABREU**, com validade a partir de 01.03.2013, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo CC-2, de Gerente Executivo da Subsecretaria Municipal Executiva dos Direitos, vinculado a Secretaria Municipal de Direitos Humanos, Cidadania e Participação Popular.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, gerando seus efeitos a partir de 01.03.2013.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ,

Estado do Rio de Janeiro, RJ, em 20 de março 2013.

WASHINGTON LUIZ CARDOSO SIQUEIRA (QUAQUÁ) - PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ

PORTARIA Nº 2157/2013.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo nº 127, VII e IX da Lei Orgânica do Município de Maricá e com base na Lei Complementar nº 222, de 26.02.2013, RESOLVE

Art. 1º Nomear, **JACIARA SILVA DO ESPIRITO SANTO**, com validade a partir de 01.03.2013, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo CC-3, de Assistente Executivo da Subsecretaria Municipal Executiva dos Direitos, vinculado a Secretaria Municipal de Direitos Humanos, Cidadania e Participação Popular.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, gerando seus efeitos a partir de 01.03.2013.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ,

Estado do Rio de Janeiro, RJ, em 20 de março 2013.

WASHINGTON LUIZ CARDOSO SIQUEIRA (QUAQUÁ) - PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ

PORTARIA Nº 2158/2013.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo nº 127, VII e IX da Lei Orgânica do Município de Maricá e com base na Lei Complementar nº 222, de 26.02.2013, RESOLVE

Art. 1º Nomear, **MAYRA ELIZEU DA COSTA**, com validade a partir de 01.03.2013, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo CC-3, de Assistente Executivo da Subsecretaria Municipal Executiva dos Direitos, vinculado a Secretaria Municipal de Direitos Humanos, Cidadania e Participação Popular.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, gerando seus efeitos a partir de 01.03.2013.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ,

Estado do Rio de Janeiro, RJ, em 20 de março 2013.

WASHINGTON LUIZ CARDOSO SIQUEIRA (QUAQUÁ) - PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ

PORTARIA Nº 2159/2013.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo nº 127, VII e IX da Lei Orgânica do Município de Maricá e com base na Lei Complementar nº 222, de 26.02.2013, RESOLVE

Art. 1º Nomear, **VITOR DUTRA NUNES**, com validade a partir de 01.03.2013, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo CC-3, de Assistente Executivo da Subsecretaria Municipal Executiva dos Direitos, vinculado a Secretaria Municipal de Direitos Humanos, Cidadania e Participação Popular.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, gerando seus efeitos a partir de 01.03.2013.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ,

Estado do Rio de Janeiro, RJ, em 20 de março 2013.

WASHINGTON LUIZ CARDOSO SIQUEIRA (QUAQUÁ) - PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ

PORTARIA Nº 2160/2013.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo nº 127, VII e IX da Lei Orgânica do Município de Maricá e com base na Lei Complementar nº 222, de 26.02.2013, RESOLVE

Art. 1º Nomear, **MONICA DOS SANTOS DE SOUZA**, com validade a partir de 01.03.2013, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo CC-2, de Gerente Executivo, vinculado a Secretaria Municipal de Educação.

Subcontrolador de Gestão Pública, vinculado a Controladoria Geral do Município, Símbolo SSM, a partir de 22.03.2013.
Art. 2º Nomear, **CARLOS EDUARDO SILVA GONÇALVES**, Matrícula 100236, com validade a partir de 22.03.2013, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo CC-1, de Assessor Executivo, vinculado a Controladoria Geral do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, gerando seus efeitos a partir de 22.03.2013.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ,

Estado do Rio de Janeiro, RJ, em 25 de março de 2013.

WASHINGTON LUIZ CARDOSO SIQUEIRA (QUAQUÁ) - PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ

PORTARIA Nº 2319/2013.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo nº 127, VII e IX da Lei Orgânica do Município de Maricá e com base na Lei Complementar nº 222, de 26.02.2013,
R E S O L V E

Art. 1º Exonerar, **FABRICIO MONTEIRO PORTO**, Matrícula 101901, do Cargo em Comissão de Subprocurador Geral, vinculado a procuradoria Geral do Município, Símbolo SSM, a partir de 01.03.2013.

Art. 2º Nomear, **FABRICIO MONTEIRO PORTO**, Matrícula 101901, com validade a partir de 01.03.2013, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo ASE II, de Subprocurador Geral, vinculado a procuradoria Geral do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, gerando seus efeitos a partir de 01.03.2013.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ,

Estado do Rio de Janeiro, RJ, em 25 de março de 2013.

WASHINGTON LUIZ CARDOSO SIQUEIRA (QUAQUÁ) - PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ

SECRETARIA MUNICIPAL EXECUTIVA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO PREGÃO PRESENCIAL 06/2013 - SMS

Pregoeiro: Marcelo Rosa Fernandes. Objeto: Aquisição de aparelho radiológico para atender às necessidades do Hospital Conde Modesto Leal da SMS de Maricá.. Data: 21/05/2013. Horário: 14h. Os interessados em retirar o Edital deverão comparecer à Rua Álvares de Castro, n.º 346, Centro – Maricá/RJ, portando carimbo contendo CNPJ e Razão Social, 01 (UM) CD-RW virgem e uma resma de papel A4, das 13:00 às 16:00h ou solicitar pelo e-mail cplmarica@gmail.com. Informações pelo site www.marica.rj.gov.br

AVISO PREGÃO PRESENCIAL 05/2013 - SMS

Pregoeiro: Marcelo Rosa Fernandes. Objeto: Registro de Preços para o Fornecimento de alimentação, atendendo as demandas das diversas unidades da Secretaria Municipal de Saúde, Data: 21/05/2013. Horário: 15h. Os interessados em retirar o Edital deverão comparecer à Rua Álvares de Castro, n.º 346, Centro – Maricá/RJ, portando carimbo contendo CNPJ e Razão Social, 01 (UM) CD-RW virgem e uma resma de papel A4, das 13:00 às 16:00h ou solicitar pelo e-mail cplmarica@gmail.com. Informações pelo site www.marica.rj.gov.br

AVISO PREGÃO PRESENCIAL 65/2013

Pregoeiro: Marcelo Rosa Fernandes. Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Ar Condicionado com Instalação. Data: 29/05/2013. Horário: 10h. Os interessados em retirar o Edital deverão comparecer à Rua Álvares de Castro, n.º 346, Centro – Maricá/RJ, portando carimbo contendo CNPJ e Razão Social, 01 (UM) CD-RW virgem e uma resma de papel A4, das 13:00 às 16:00h ou solicitar pelo e-mail cplmarica@gmail.com. Informações pelo site www.marica.rj.gov.br

AVISO CP 02/2013

O Presidente da CPL, no uso de suas atribuições, informa que por questões de ordem administrativa a Sessão que estava marcada para o dia 03/05/2013, às 10h, tendo por objetivo a entrega do Envelope n.º 05 não ocorreu. Diante do exposto fica remarçada a Sessão para o dia 10/05/2013, às 15h, data em que deverá ser entregue o Envelope n.º 05.

CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 002/2013

A Secretária Municipal de Saúde informa que em decorrência da Sessão de 12 de abril de 2013 ter sido deserta, fica marca nova data para apresentação de propostas referente à celebração de Contrato de Gestão que tem por objeto a escolha de entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social, para celebrar Contrato de Gestão de operacionalização e execução dos serviços de saúde em Unidades de Pronto Atendimento – UPA 24h. Data: 20/05/2013, às 10h. Local: Rua Álvares de Castro, n.º 346, Auditório, 2º andar, Centro – Maricá/RJ.

AVISO PREGÃO PRESENCIAL 02/2013 - SMS

Pregoeiro: Marcelo Rosa Fernandes. Objeto Registro de preços para contratação de empresa especializada no fornecimento de água mineral, potável, envasada em garrafas com capacidade de 20L (vinte litros), retornáveis, com entregas semanais, no período de 12 (doze) meses conforme demanda. Data: 21/05/2013. Horário: 16h. Os interessados em retirar o Edital deverão comparecer à Rua Álvares de Castro, n.º 346, Centro – Maricá/RJ, portando carimbo contendo CNPJ e Razão Social, 01 (UM) CD virgem e uma resma de papel A4, das 13:00 às 16:00h ou solicitar pelo e-mail cplmarica@gmail.com. Informações pelo site www.marica.rj.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 017 DE 02 de maio de 2013.

SUBSTITUIÇÃO DA MATRÍCULA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DA PORTARIA Nº 020/2012.

A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade de regulamentar e fiscalizar o cumprimento dos contratos:
RESOLVE:

Art. 1º SUBSTITUIR a matrícula da servidora Lawrice dos Santos Souza – Matrícula 15.279, que compõe a Comissão de Fiscalização da portaria nº020/2012, cujo objeto é fiscalização do contrato de locação do imóvel destinado a instalação do Posto Avançado do Tribunal Regional do Trabalho,

pela matrícula 100.134

Parágrafo único – Em razão da substituição indicada no caput, a referida Comissão passará a ser composta da seguinte maneira:

Luiz Eduardo Jacques Francisco – Matrícula 7.452

Laurice dos Santos Souza – Matrícula 100.134

Marli Azevedo Camacho – Matrícula 1.216

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, gerando seus efeitos a partir de 01/01/2013.

Publique-se!

Prefeitura Municipal de Maricá, em 02 de maio de 2013.

Max Aguiar Alves

Secretário de Administração

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 3168/13

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Em conformidade com o parecer da Procuradoria Geral do Município (PGM) e da Controladoria Geral do Município, **AUTORIZO** a despesa e **HOMOLOGO** a dispensa de licitação, com fulcro do art. 24 IV na Lei Federal nº. 8.666/93 que tem por objeto **contratação de fornecimento emergencial de combustível para atender as necessidades das secretarias de administração, educação e saúde – no valor de R\$ R\$ 700.830,00 (setecentos mil e oitocentos e trinta reais), em favor da empresa POSTO MAR AZUL LTDA.**

Maricá, 04 de março de 2013.

MAX AGUIAR ALVES

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

ERRATA

JOM ED. 361, ANO V, DE 17 DE ABRIL DE 2013

Edital do Processo Seletivo da Secretaria Municipal de Assistência Social Nº 001/2013/SMAS:

Onde se lê: 7.1 – os resultados serão divulgados no site da PMM (<http://www.marica.rj.gov.br>), no dia 06 de maio de 2013;

Leia-se: os resultados serão divulgados no site da PMM (<http://www.marica.rj.gov.br>), no dia 08 de maio de 2013;

Onde se lê: 8.1 – será admitido recurso no dia 08 de maio de 2013;

Leia-se: serão admitidos recursos nos dias 09 e 10 de maio de 2013;

Onde se lê: 8.3 – a comissão examinadora decidirá sobre estes no prazo de 24 horas;

Leia-se: os resultados dos recursos serão no dia 16 de maio de 2013;

Onde se lê: 9.1 - os candidatos aprovados no processo seletivo simplificado serão convocados no dia 10 de maio de 2013, através dos meios mencionados no item 7.1;

Leia-se: até dia 20 de maio de 2013 será divulgado o resultado final classificatório e os candidatos aprovados no processo seletivo simplificado serão convocados no dia 21 de maio de 2013, através dos meios mencionados no item 7.1, onde deverão comparecer na Secretaria Municipal de Assistência Social às 15h, munidos dos seus respectivos documentos, conforme edital, para contratação imediata.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Portaria PMM-SMDHC 01/2013

Maricá, 25 de Abril de 2013.

Prezados Senhores,

O SECRETARIO MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA DE MARICÁ, Estado do Rio de Janeiro, Sr. MIGUEL DE MORAES FILHO, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade de regulamentar e fiscalizar o cumprimento dos contratos.

Resolve:

Art 1º - Substituir os Servidores: Thassiane Vieira Pavão Mat: 100969; Parcos Quelhas Natal Rafael de Araújo Mat: 10047 e Sylvia Regina Germano Cantuaria Mat: 101099 que compõe a Comissão de Fiscalização, cujo o objeto é fiscalizar os processos da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.

Em razão da substituição indicada a referida comissão será composta da seguinte maneira:

Leandro Ferreira de Oliveira – Mat: 100956

Claudia Emerick Guimarães – Mat: 101098

Vera Lucia Costa de Azevedo- Mat: 100978

Suplente: Rosemere de Oliveira Rodrigues – Mat: 100959

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, gerando seus efeitos a partir de 18/04/2013

Atenciosamente,

MIGUEL DE MORAES FILHO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 015 DE 03 DE MAIO DE 2013.

DESIGNA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO CONTRATO nº 020/13 REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2599/2013.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, consi-

derando a deliberação da Coordenadoria de Contratos e Convênios em observância ao art. 3º, VIII do decreto municipal nº086/12 e considerando a necessidade de regulamentar e fiscalizar o cumprimento do contrato nº 020/2013 cujo Objeto é a contratação da empresa CONSTRUART EMPREENDIMENTOS LTDA-ME, para terceirização de atividades de serviços de limpeza e asseio, conservação, operação telefônica, atendimento ao público, jardinagem, serviços gerais e de varrição dentre outros.
RESOLVE:

Art. 1º Art. 1º DESIGNAR os servidores, abaixo, para compor a Comissão de Fiscalização de cumprimento dos termos do contrato nº 020/2013, referente ao processo administrativo 2599/2013, cujo objeto é a contratação da empresa CONSTRUART EMPREENDIMENTOS LTDA-ME, para terceirização de atividades de serviços de limpeza e asseio, conservação, operação telefônica, atendimento ao público, jardinagem, serviços gerais e de varrição dentre outros.

Art.2º A Comissão de Fiscalização pertencente ao contrato supracitado manterá a mesma composição, conforme relacionada abaixo:

Frederico de Mello Quinan – Matrícula 100060

Ana Paula de Souza Rodrigues Feitosa Lima -- Matrícula: 6180

Parcos Quelhas Natal Rafael de Araújo-- Matrícula: 100047

Suplente : Sheila Nascimento Elizeu --- Matrícula 6573

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, gerando seus efeitos a partir de 01/04/2013.

Publique-se!
Prefeitura Municipal de Maricá, em 03 de maio de 2013.

Marta de Mello Quinan
Secretária Municipal de Educação

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

À Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições, divulga o resultado da análise das Amostras referentes ao Pregão Presencial n.º 29/2013:

Item	Especificação	Discriminação
01.	Conjunto Escolar Infantil	1º COLOCADO Empresa LINEA - Desclassificado uma vez que não atende ao edital em diversos itens, a saber: Fixação dos assentos, encostos e tampos através de parafusos; Mesa central não é dotada de baú; As sapatas não atendem as especificações em relação à proteção da pintura; Base dos pés não apresentam formato de arco. 2º COLOCADO Empresa AFF - Desclassificado uma vez que não atende ao edital em diversos itens, a saber: Não tem nervuras; Fixação através de parafusos; Não tem painel frontal; Mesa central não dotada de baú. 3º COLOCADO Empresa ACIAT – Classificada, uma vez que atende ao edital .
Item	Especificação	Discriminação

02.	C o n j u n t o Professor sem gaveta	1º COLOCADO Empresa Lazzari - Desclassificada por não ter apresentado amostra. 2º COLOCADO Empresa LINEA - Desclassificado por não ter apresentado amostra. 3º COLOCADO Empresa DISFLEX - Desclassificado uma vez que não atende ao edital em diversos itens, a saber: Fixação através de parafusos; Revestimento das bordas soltando; As sapatas não tem formato em arco.
Item	Especificação	Discriminação
03.	Conjunto Bi-trapézio Médio	1º COLOCADO Empresa Lazzari - Desclassificada por não ter apresentada amostra. 2º COLOCADO Empresa LINEA - Desclassificado por não ter apresentado amostra. 3º COLOCADO Empresa DISFLEX - Desclassificado uma vez que não atende ao edital em diversos itens, a saber: Fixação através de parafusos; Tampo com superfície áspera
Item	Especificação	Discriminação
04.	Conjunto Bi-trapézio Adulto.	1º COLOCADO Empresa Nortus - Desclassificada por não ter apresentada amostra. 2º COLOCADO Empresa Lazzari - Desclassificada por não ter apresentada amostra. 3º COLOCADO Empresa Lazzari - Desclassificada por não ter apresentada amostra.
Item	Especificação	Discriminação
05.	Conjunto Hexagonal em resina termoplástica Composto de mesa e 6 cadeiras – tamanho infantil.	1º COLOCADO Empresa AFF - Aceita a amostra apresentada pela empresa.
Item	Especificação	Discriminação

06.	Estante em Aço com 3 prateleiras. (Guarda-Tudo)	1º COLOCADO Empresa ACIAT - Aceita a amostra apresentada pela empresa.
-----	---	---

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

ORIGEM: PROCESSO 8305/2011

PARTE: SECRETARIA DE FAZENDA E CNDOMÍNIO ELISA LAKE & BEACH

NATUREZA: IMPUGNAÇÃO AO AUTO DE INFRAÇÃO E IMPOSIÇÃO DE MULTA Nº 4182

DECISÃO: NO CASO EM TELA NÃO SE TRATA DE CASO DE ANULAÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO, HAJA VISTA NÃO ESTAR ENVOLVIDO DE QUALQUER TIPO DE VÍCIO, CONTUDO, DISPENSO A APRESENTAÇÃO DO ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO, PARA PASSAR A EXIGIR, TÃO SOMENTE, A INSCRIÇÃO DO CONDOMÍNIO ELISA LAKE & BEACH NO CADASTRO MUNICIPAL. ASSIM, REMETO EM RETORNO O PRESENTE PROCESSO PARA QUE SE PROCEDA À INSCRIÇÃO, BEM COMO DEVERÁ O REQUERENTE CUMPRIR O DETERMINADO AS FLS. 7VERSO.

Maricá, 24 de abril de 2013.

Roberto Ataíde Santiago Fontes
Secretário Municipal de Fazenda

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

ORIGEM: PROCESSO 13497/2012

PARTE: SECRETARIA DE FAZENDA E FABIO MARKUS DA SILVA PASSOA

NATUREZA: ISENÇÃO DE TLE - MEI

DECISÃO: SENDO ASSIM, PACÍFICO O ENTENDIMENTO DA NÃO APLICABILIDADE DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006, VISTO QUE ESTA NÃO ABARCA AS TAXAS MUNICIPAIS. DESTARTE, INDEFIRO O PEDIDO, ANTE OS FUNDAMENTOS EXPOSTOS ANTERIORMENTE, DETERMINANDO QUE SEJA APLICADO O DECRETO 65/2009, NO QUE TOCA A COBRANÇA DO PREÇO PÚBLICO POR EMISSÃO DE DIPLOMA.

Maricá, 30 de abril de 2013.

Roberto Ataíde Santiago Fontes
Secretário Municipal de Fazenda

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PORTARIA Nº 36, DE 25 DE ABRIL DE 2013

SUBSTITUI A COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DA PORTARIA Nº 70 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2012.

A SECRETÁRIA DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e, considerando a necessidade de regulamentar e fiscalizar o cumprimento do Contrato n.º06/2012 do Processo Administrativo n.º2598/2012, cujo objeto é Aquisição de Medicamentos, Materiais Médicos -Hospitalares e Leites Especiais.

RESOLVE:

Art. 1º SUBSTITUIR à servidora, Cláudia Alcântara Ribeiro – Matrícula 15.300, que compõem a Comissão de Fiscalização da Portaria n.º70 de 19 de novembro de 2012, cujo objeto é fiscalização do Contrato n.º 06/2012, por: Valéria Gomes Monnerat – Matrícula 22.791.

Parágrafo único – Em razão da substituição indicada no caput, às referidas Comissões, passarão a ser compostas da seguinte maneira:

- 1) Marcelo Marcico Leal – Matrícula 22.810
- 2) Clodoaldo Leal Carvalho – Matrícula 100.882
- 3) Valéria Gomes Monnerat – Matrícula 22.791

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, gerando seus efeitos a partir de 25 de abril de 2013.

Publique-se!

Prefeitura Municipal de Maricá, em 25 de abril de 2013.

Janete Celano Valladão.

Secretária Municipal de Saúde

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13384/2012

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Homologo a Dispensa de licitação, com fulcro no art. 38, da Lei Federal 8.666/93 e pelo artigo 24, X, da mesma Lei, que tem por objeto a despesa com Locação de imóvel para a SMS, e autorizo o empenho **no valor total de R\$30.000,00 (trinta mil reais)**, em favor de Fernando Santiago Ramos.

Em, 19 de abril de 2013.

Janete Celano Valladão
Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO N.º 01 DO CONTRATO N.º 025/2012 COM QUITAÇÃO DE ALUGUEIS VENCIDOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 7402/2012

INSTRUMENTO: TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO N.º 01 DO CONTRATO N.º 025/2012 COM QUITAÇÃO DE ALUGUEIS VENCIDOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 7402/2012.

PARTES: MUNICÍPIO DE MARICÁ E MANUEL DIAZ ROMERO

OBJETO: TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO N.º 01 DO CONTRATO N.º 025/2012 COM QUITAÇÃO DE ALUGUEIS VENCIDOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 7402/2012, CUJO OBJETO É A LOCAÇÃO DE IMÓVEL SITO LOTEAMENTO JARDIM BALNEÁRIO MARICÁ, LOTE 01, QUADRA 162, CASA 02, MARICÁ/RJ.

VALOR: R\$ 18.333,33 (DEZOITO MIL E TREZENTOS E TRINTA E TRÊS REAIS E TRINTA E TRÊS CENTAVOS)

FUNDAMENTO LEGAL: ARTS. 38, § ÚNICO; 57, § 2º; 60 E 65, II, TODOS DA LEI FEDERAL N.º 8.666/93, 8245/91, DECRETO MUNICIPAL N.º 047/2013 E LEGISLAÇÃO CORRELATA.

PRAZO: 05 (CINCO) MESES.

PROGRAMA DE TRABALHO: 20.02.10.122.0035.2101.

ELEMENTO DA DESPESA: 3.3.3.9.0.36.00.00.00.202.

ORIGEM DO RECURSO: 202.

EMPENHO: 120/2013

MARICÁ, 25 DE MARÇO DE 2013.

JANETE CELANO VALLADÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Ato de credenciamento Nº001/2013.

O Secretário Municipal de Segurança Pública de Maricá, usando de suas atribuições, conforme Lei Orgânica Municipal nº 1850, de 23 de dezembro de 1999.

Credencia a servidora Rosana Menezes dos Santos de Oliveira, CC1, Assessora Executiva, matrícula 100308, para tomar de adiantamento de suprimento de fundos da Secretaria Executiva, devendo mesmo apresentar a devida prestação de contas no prazo de 60(sessenta) dias, a partir do recebimento da importância recebida.

Publique!

Prefeitura Municipal de Maricá, Em 06 de maio de 2013.

FABRÍCIO SOARES BITTENCOURT

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E LAZER

PORTARIA Nº 10/13 DE 28 DE MARÇO DE 2013.

A SECRETARIA DE TURISMO E LAZER, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E, CONSIDERANDO O ART. 57 DO DECRETO MUNICIPAL 005/2010.

RESOLVE:

- DESIGNAR PARA COMPOR A COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 18/2013, REFERENTE AO PROCESSO Nº 5256/2013, REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BUFFET PARA SEMANA SANTA DE 2013, dia 30/03/2013.

ELSON RIBEIRO DOS SANTOS – MAT: 1291

LEZIRÉE FIGUEIREDO – MAT: 100615

MARICÁ, 28 DE MARÇO DE 2013.

AMAURY VICENTE B. DO NASCIMENTO

SECRETÁRIO DE TURISMO E LAZER

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Prefeitura convoca para audiência sobre Plano Diretor e uso do Solo

As Secretarias Municipais de Desenvolvimento Urbano e de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Petróleo convidam o público em geral, bem como as entidades representativas da sociedade civil e demais interessados, para a audiência pública que será realizada nesta terça-feira (14/05), na quadra do Esporte Clube Maricá, no Centro. O objetivo do evento é colher subsídios e sugestões para as alterações necessárias no Plano Diretor da Cidade, bem como na Lei de Uso do Solo. Com forte crescimento econômico registrado no município, a Prefeitura entende que há necessidade de revisão e modernização dos termos legais que regem o aproveitamento do solo e a expansão urbana. A audiência está marcada para começar às 17:30, com a apresentação da finalidade e o esclarecimento das questões e será seguida de um debate.